

CONSIDERAÇÕES INOPORTUNAS E POLITICAMENTE INCORRETAS ACERCA DE UMA QUESTÃO DOS NOSSOS DIAS

João Bernardo*

Há poucos anos quando preparava um livro sobre o fascismo que entretanto já foi publicado,¹ apercebi-me de uma convergência de pontos de vista entre certo tipo de feminismo hoje em voga e a modalidade racista do fascismo, o nacional-socialismo hitleriano. Essa descoberta, devo confessá-lo, deixou-me perplexo.

À primeira vista, esperar-se-ia uma oposição completa entre o fascismo e o feminismo, já que todos os tipos de fascismo, embora atribuíssem à mulher um papel importante na inculcação dos princípios de ordem ou na preservação da raça, a relegaram para um lugar socialmente secundário. A mulher-mãe era a mulher doméstica, e a casa, sob a autoridade do marido, era o lugar da função procriadora. No entanto, num dos seus traços decisivos – a atribuição de uma raiz biológica às manifestações culturais e a noção de que dadas manifestações culturais indicam certa condição biológica –, o feminismo que hoje domina os meios académicos e prevalece nos órgãos de informação, propenso às abordagens “de gênero”, para empregar a terminologia corrente, atualizou um modelo de pensamento que caracterizara o racismo germânico, nomeadamente na versão hitleriana.

As perspectivas “de gênero” esforçam-se por acentuar a divisão entre a esfera masculina e a fe-

minina, e assim colocam-se no extremo oposto ao do velho feminismo, que procurara emancipar as mulheres anulando as diferenças de comportamento entre os sexos. Ainda não há muito tempo a generalidade do feminismo possuía um cariz progressivo e ocasionalmente revolucionário, na medida em que reivindicava o pleno acesso das mulheres aos espaços económicos e sociais onde predominavam os homens, ou de que eles tinham até o exclusivo domínio. Foi na Alemanha, durante o período chamado República de Weimar, entre o final da Primeira Guerra Mundial e a nomeação de Hitler para a chancelaria, que a emancipação feminina atingiu uma das suas expressões mais desenvolvidas. A revolução alemã de 1918 tentara derrubar o capitalismo e remodelar a vida social sobre a base dos conselhos de operários e de soldados, e embora tivesse sido derrotada nas suas aspirações económicas não fora vencida completamente e concentrara-se no plano da sociedade, da cultura e dos costumes, dando origem não só a uma notável vanguarda artística, mas ainda a uma libertação de preconceitos culturais e sexuais sem antecedentes. Foi necessária a chegada dos nacional-socialistas ao poder em janeiro de 1933 para liquidar esse movimento. O período da República de Weimar, que deu oportunidade a uma das experiências mais avançadas de feminismo, deve ser tomado como termo de comparação para avaliar as implicações do atual feminismo académico.

O arquiteto comunista Hannes Meyer, diretor da Bauhaus desde 1928 até 1930, resumiu em meia

* João Bernardo, cientista social português autodidata. Foi expulso das universidades portuguesas em 1965 por motivos políticos. Trabalha como professor convidado em diversas universidades brasileiras.

<https://doi.org/10.36311/0102-5864.21.v0n45.2122>

dúzia de palavras o feminismo emancipador ao escrever que “a masculinização exterior da mulher manifesta a igualdade interna dos sexos”.² O que singularizou aquele tipo de feminismo foi o desejo de superar as diferenças convencionais entre os sexos e de fundi-los ambos na formação de um gênero verdadeiramente humano. Acerca desse feminismo poder-se-ia dizer, como fez um personagem criado por um crítico alemão, também durante a República de Weimar, que “o sexo [...] passou a ser uma característica humana secundária”.³ Ainda na Alemanha de



Adolf Hitler

Weimar, Gina Kaus, literata de origem austríaca e feminista reputada, decidiu averiguar, sem jamais se desfazer do tom irônico, em que medida a linha de demarcação entre os sexos se fazia sentir nos romances. Se se atribuísse às mulheres, como era – e continua a ser – comum, “a subjetividade, a sensibilidade e a primazia da emoção sobre o raciocínio”, e aos homens “a objetividade, a autoridade formal, a amplidão do escopo intelectual, etc.,” então tanto umas como os outros se encontravam em ambas as correntes literárias, a sentimental e a racional. “[...] talvez a fronteira tivesse existido outrora”, observou Gina Kaus, “mas não existe hoje”. Segundo ela, apenas na literatura *de genre* se mantinha então o privilégio da masculinidade, naquelas obras em que os personagens obedecem, como nas regras de um jogo, às convenções estritas do gênero – a ficção científica e o romance policial. Barreira de sexo? Não, apenas uma demarcação transitória.

Só desde há pouco tempo foi permitida às mulheres a abordagem dos problemas da realidade. Até uma data recente, ou elas próprias faziam parte da realidade ou eram uma ficção concebida pelos homens. Tal como crianças que tenham subitamente de aprender muito de uma só vez, elas não ousam dedicar-se ao jogo. Talvez daqui a vinte anos a situação seja muito diferente, e quem sabe se na próxima geração daremos graças pelo aparecimento do que tanto necessitamos – um Edgar Wallace feminino.⁴



Gina Kaus

E, com efeito, Agatha Christie...

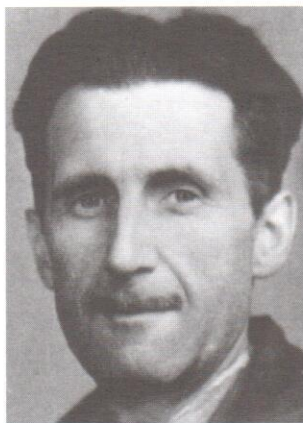
Situa-se nos antípodas o feminismo acadêmico surgido há já algum tempo, que relegou as aspirações do velho feminismo para a vida cotidiana e anônima das mulheres trabalhadoras. O novo feminismo *chic* preenche um dos verbetes mais extensos daquele repertório de anomalias que é o dicionário do “politicamente correto”. No seu célebre romance Orwell concebeu o *newspeak* como linguagem dos vencedores, cujo triunfo fora tão absoluto que podiam reconstruir o passado à medida que iam edificando o presente, e se legitimavam no círculo vicioso. As raízes dessa cinzenta utopia encontram-se na reportagem sobre a guerra civil na Catalunha, quando Orwell refletiu que um triunfo total do fascismo na Espanha e no mundo permitiria no futuro apresentar como verdade aquilo que, na realidade da época, era uma absoluta mentira. A hegemonia prática incontestada asseguraria aos vencedores o controle completo sobre o dicionário e deixá-los-ia, assim, alterar o próprio passado.

Atualmente, se a manipulação das palavras pode levar à desvirtuação das idéias, ela não tem poder para apagar os fatos. Os fatos passados estão incluídos nos fatos presentes, fazem parte de nós mesmos, de cada um de nós ou daquilo que combatemos. E se os senhores do dicionário têm a capacidade de vender a realidade com biombos, é-lhes impossível alterar a realidade só através das palavras. Curiosamente, as inquietações de Orwell decorriam de um universo de encantações mágicas. A manipulação da linguagem é um jogo de espelhos, praticado desde há muito, como o lucidíssimo Jean-Paul Marat observou ao denunciar que “o artifício corrente dos ministérios é [...] enganar o povo pervertendo o sentido das palavras. [...] Nunca às coisas os seus verdadeiros nomes”.⁵ Mas como nós não vivemos do lado de lá do espelho, a desnaturação das imagens está permanentemente condenada a confrontar-se com a realidade.

Atualmente, se a manipulação das palavras pode levar à desvirtuação das idéias, ela não tem poder para apagar os fatos. Os fatos passados estão incluídos nos fatos presentes, fazem parte de nós mesmos, de cada um de nós ou daquilo que combatemos. E se os senhores do dicionário têm a capacidade de vender a realidade com biombos, é-lhes impossível alterar a realidade só através das palavras. Curiosamente, as inquietações de Orwell decorriam de um universo de encantações mágicas. A manipulação da linguagem é um jogo de espelhos, praticado desde há muito, como o lucidíssimo Jean-Paul Marat observou ao denunciar que “o artifício corrente dos ministérios é [...] enganar o povo pervertendo o sentido das palavras. [...] Nunca às coisas os seus verdadeiros nomes”.⁵ Mas como nós não vivemos do lado de lá do espelho, a desnaturação das imagens está permanentemente condenada a confrontar-se com a realidade.

A debilidade que hoje enferma as aspirações de emancipação social

não podia manifestar-se de maneira mais trágica, porque inteiramente caricata, do que no “politicamente correto”. Trata-se de uma espécie de *newspeak* dos derrotados, que com a linguagem se envolvem numa teia de ilusões, e aí permanece, para alívio dos vencedores, e não sem a perplexidade de muita gente. Assim, por exemplo, o problema do racismo nos Estados Unidos deixa de ter qualquer sentido se referirmos, em vez de negros, afro-americanos, como se a discriminação resultasse do lugar de proveniência e não das diferenças na tonalidade da pele ou no formato do nariz. Do mesmo modo, se no Brasil se disser afro-brasileiros já o caso muda inteiramente de figura, ou antes, de cor. E as dificuldades sentidas pelos deficientes físicos são apagadas na expressão pudica de portadores de necessidades especiais, como se todos nós não tivéssemos igualmente necessidades específicas. A lista podia prolongar-se indefinidamente. O “politicamente correto” consiste, em suma, numa manipulação do vocabulário que apaga as palavras mais diretamente sintomáticas da persistência real dos problemas. Se quem não conseguiu alterar a prática só pronunciar termos que obnubilam essa prática, a derrota esfuma-se sob a doce ilusão da vitória.



George Orwell

países de língua inglesa, e observo com assombro personagens da década de 1950, os mesmos que se caracterizam pelo desprezo que votam às mulheres, mencionarem *chairpersons* e outras inovações vocabulares de igual matiz. O que não altera a maneira muito pouco correta como as mulheres são tratadas na prática ao longo das páginas daqueles livros.

Esses exercícios “de gênero” adotam a tradicional e consabida divisão entre as esferas feminina e masculina, e basta-lhes atribuir uma conotação positiva àquela esfera que antes era valorizada negativamente, classificando ao mesmo tempo como negativa a esfera que primeiro fora objeto do aplauso de uns e da inveja das outras. A inversão da hierarquia entre os termos, considerando como fonte de virtudes a esfera feminina, e a masculina como modelo de vícios, reforça a crença na inelutabilidade da existência desses termos. A realidade social, com as suas dicotomias, permanece inalterada. Só muda o vocabulário que designa essa realidade, e muda de tal forma que passa a tornar a realidade opaca para os observadores menos atentos.

Nesse malabarismo a operação central consiste em apagar a distinção entre o ideológico e o biológico. A divisão entre a esfera social masculina e a esfera social feminina resulta de uma criação cultural multissecular, sendo inculcados às mulheres comportamentos, maneiras e opiniões diferentes dos inculcados aos homens. Mas, precisamente porque, em vez de pretender eliminar a separação dos sexos, pretende consagrá-la, o atual feminismo acadêmico baseia a sua interpretação do mundo numa divisão de caráter estritamente biológico e a partir daí constrói um complexo edifício de distinções culturais. Com igual desenvoltura procede em sentido inverso, quando atribui a dado tipo de idéias, de atitudes e de comportamentos uma conotação biológica, masculina ou feminina consoante as preferências. Surgiu assim, como observa um filósofo que é ou foi marxista, “um tipo de contra-sexismo em que – e não por acaso – as diferenças sexuais são muito frequentemente expressas em termos que apresentam os gêneros como quase-raças [...]”.⁶ Nesse feminismo tanto se pode passar da biologia para a cultura como da cultura para a biologia, e é

A hegemonia prática incontestada asseguraria aos vencedores o controle completo sobre o dicionário e deixá-los-ia, assim, alterar o próprio passado.

O tipo de feminismo que hoje adquiriu a hegemonia nas universidades e nos meios de comunicação inclui-se pelas suas prestidigitações terminológicas na ampla e acolhedora família do “politicamente correto”. À falta de as mulheres alcançarem um plano de igualdade com os homens, essa

igualdade é estabelecida entre os artigos, os pronomes, as terminações, criando-se uma abstrusa linguagem cheia de traços, barras, parênteses e duplicações. Em gêneros literários considerados de segunda ordem, como o romance policial de estilo *série noire* – precisamente um tipo de ficção onde existem tradições muito fortes de misoginia – a correção política da linguagem tem sido aplicada retrospectivamente em reedições realizadas nos

essa circularidade sem critério que as teorias “de gênero” partilham com o nacional-socialismo e os seus antecessores diretos, que conferiam uma psicologia própria aos povos considerados biologicamente.

Vejam o caso de Luce Irigaray, uma luminária das abordagens “de gênero” na história das ciências. “Será que $E = Mc^2$ é uma equação de caráter sexual?”, pergunta essa autora, para logo responder:

Talvez seja. Admitamos como hipótese que o seja na medida em que privilegia a velocidade da luz relativamente a outras velocidades que nos são vitalmente necessárias. O que me parece indicar a possível natureza sexual da equação é [...] o fato de ter privilegiado aquilo que vai mais depressa.⁷

Deixemos de lado as implicações resultantes de um tratamento tão grosseiro das questões científicas, que ilude a problemática da experimentação, para nos concentrarmos na tese de que, como os homens podem correr mais rapidamente do que as mulheres, uma física que atribui um lugar central ao conceito de velocidade padece de um caráter masculino. Com o mesmo tipo de raciocínio, Luce Irigaray sustenta que a mecânica dos sólidos está mais avançada do que a dos fluidos porque são os homens quem controlam a atividade científica, e o pênis é susceptível de ficar rijo, enquanto o sexo das mulheres segrega os fluidos vaginais e deixa sair o sangue menstrual.⁸ Assim, não seria só a velocidade, mas também a solidez a denotar a ideologia masculina no campo das ciências, enquanto a ideologia feminina retiraria à rapidez os seus encantos e estabeleceria os fluidos no devido lugar. Todavia, os progressos da física contemporânea deveram-se não só a homens mas igualmente a pesquisadoras do sexo feminino, de onde se conclui necessariamente que pelo fato de privilegiarem a velocidade da luz ou de incrementarem o estudo da mecânica dos sólidos aquelas mulheres eram verdadeiramente masculinas. Se estes termos pudessem ser considerados com seriedade, seria curioso averiguar se o predomínio numérico das mulheres na biologia ou na química, contrariamente ao que sucede na física, teria levado aqueles ramos da ciência a evoluir por caminhos opostos aos da física.



Jean-Paul Marat

Mas não me parece que seja necessário continuar aqui a referir textos de autoras feministas contemporâneas para ilustrar a forma como elas radicam numa distinção biológica as distinções culturais e como, simultaneamente, encontram nas diferenças ideológicas o indício de uma distinção biológica. A dificuldade residiria não em encontrar as citações, mas em selecioná-las, de tão abundantes que são. Julgo que até o leitor mais desprevenido não deixou de deparar com

esse tipo de duplo raciocínio. Por isso decidi concentrar as citações deste curto artigo noutro aspecto muitíssimo menos conhecido, para mostrar que o nacional-socialismo procedia, a propósito das raças – ou daquilo que denominava raças –, ao mesmo tipo de operação.

Com efeito o racismo, mais profundamente do que uma mera hierarquização étnica, consiste na atribuição de raízes biológicas a comportamentos e modos de pensar que são de origem social. A biologização da cultura é a característica distintiva do racismo. Houston Stewart Chamberlain, um dos quatro precursores oficiais do hitlerismo, deixou muito claro, em especial ao opor-se a Paul de Lagarde, outro pontífice oficial do racismo germânico, que na sua opinião as raças eram entidades fundamentalmente biológicas, e não apenas culturais e ideológicas.

[...] a configuração da cabeça e a estrutura do cérebro exercem sobre a configuração e a estrutura dos pensamentos uma influência perfeitamente decisiva; tão decisiva que, por maior que seja a influência atribuída ao meio, esta não deixa de estar submetida à constituição física enquanto fato originário, o qual reduz o número das suas possibilidades, determina o seu campo de ação e prescreve-lhe as suas orientações e os seus limites [...]⁹

A forma intelectual exprimiria de maneira direta a forma biológica. “[...] em vez de ser fortuita ou indiferente, a *forma* exprime o âmago do ser, e [...] é nela, precisamente nela, que entram em con-

O “politicamente correto”
consiste, em suma, numa
manipulação do vocabulário
que apaga as palavras mais
diretamente sintomáticas da
persistência real dos
problemas.

tato os dois mundos componentes do nosso universo, o exterior e o interior, o visível e o invisível”.¹⁰

Não podia ser mais flagrante a identidade de perspectivas com o feminismo acadêmico dos nossos dias, que também ele considera que uma “configuração” física, neste caso a forma do sexo, “exerce sobre a configuração e a estrutura dos pensamentos uma influência perfeitamente decisiva”. E a semelhança não pára aqui, porque assim como esse feminismo, depois de passar da biologia para a cultura, passa da cultura para a biologia e cataloga certos comportamentos e certas ideologias como masculinos e outros como femininos, também Houston Stewart Chamberlain tomava a cultura e as idéias como indício seguro da raça.

Considerada por Chamberlain como forma, a biologia conformava o pensamento; em sentido inverso, as grandes idéias, os eixos ideológicos norteadores, “são quase tão palpáveis” como os corpos físicos. “Relativamente à raça”, admitia ele, as idéias “são sem dúvida uma *conseqüência*. Mas tenhamos o cuidado de não subestimar o contributo desta anatomia interior e invisível – desta dolicocefalia ou desta braquicefalia puramente espirituais – que age como *causa* e tem um âmbito de ação muitíssimo vasto”.¹¹ Era aqui que Chamberlain encontrava justificação para, quando melhor lhe convinha, deduzir a biologia a

Com efeito o racismo, mais profundamente do que uma mera hierarquização étnica, consiste na atribuição de raízes biológicas a comportamentos e modos de pensar que são de origem social.

partir da caracterização ideológica. “[...] aquilo que designamos pela palavra ‘raça’ é, dentro de certos limites, um fenômeno plástico, e assim como o físico reage sobre o intelectual, o intelectual reage do mesmo modo sobre o físico.”¹² Esse vaivém metodológico encerrou num círculo vicioso o erudito autor do monumentalíssimo *Fundamentos do século XIX*, servindo-lhe de demonstração onde coisa alguma se podia demonstrar e servindo aos seus discípulos de justificação para o genocídio dos ju-



Paul de Lagarde

deus, a escravização dos eslavos e o culto dos nórdicos. Naquele país das maravilhas,

[...] nada nos impediria de afirmar algo aparentemente paradoxal, que os homens baixos deste grupo [os germanos] são grandes porque pertencem a uma raça de pessoas altas, e pelo mesmo motivo os seus braquicéfalos têm crânios alongados. Observando com mais atenção, depressa distinguireis, tanto no seu aspecto físico como no seu ser íntimo, os traços característicos do germano.¹³

Se por acaso encontrássemos um wagneriano pequenino e braquicéfalo, nada de precipitações, “observando com mais atenção” estávamos em Bayreuth, ei-lo – era um germano, era grande, era dolicocefalo!

Com o método infalível do círculo vicioso o enciclopédico doutrinador pisava com firmeza os dois terrenos e deduzia a biologia a partir da cultura com a mesma desenvoltura com que partira da biologia para estabelecer a cultura. Afastando as dúvidas de numerosos filólogos quanto à possibilidade de usar critérios lingüísticos para definir uma raça ariana e desprezando também os “resultados caóticos obtidos pela mensuração craniana”, Chamberlain pretendia que bastava a semelhança de concepções jurídicas para definir os arianos enquanto raça e para os distinguir das outras raças.¹⁴ E o amor que celtas e germanos votavam à poesia indicaria tanto como a sua semelhança física a inclusão dos dois povos numa mesma raça germânica, considerada em sentido lato.¹⁵ A aptidão poética seria também um argumento a favor da comunidade de origens do germano e do velho eslavo,¹⁶ e com um objetivo idêntico Chamberlain invocou a similitude dos sentimentos religiosos.¹⁷

Essa cômoda possibilidade de inferir a raça a partir do espírito não se aplicava só a noções coletivas e a vastos conjuntos populacionais, mas funcionava igualmente nos casos individuais. Ambrósio, por exemplo, bispo de Milão e célebre santo, era classificado entre os verdadeiros romanos. “[...] é certo que a prova é impossível”, observou Chamberlain, para concluir em seguida com uma peculiar metodologia: “[...] mas como é igualmente impossível demonstrar o contrário, o único elemento de apreciação decisivo é aqui fornecido

pela própria personalidade”.¹⁸ Uma vez mais aquilo que se pretendia demonstrar servia de prova da demonstração. As biografias de santos ofereceram a Chamberlain um terreno fértil de deduções, já que, “com o Cântico ao sol, Francisco [de Assis] demonstra ser um indo-germano de sangue puro [...]”.¹⁹ Ele torceu porém o nariz perante outro santo não menos conhecido, Paulo de Tarso, e em abono da sua tese de que o apóstolo teria um pai judeu e uma mãe grega convertida ao judaísmo recorreu de novo ao infalível círculo vicioso. “Quando faltam as provas históricas, a psicologia científica tem todo o direito de dar a sua opinião”.²⁰ Seguiu-se uma análise dos traços psicológicos de São Paulo e das características da sua teologia, que para a frondosa imaginação de Chamberlain revelariam ascendentes biológicos contraditórios.

Se era possível transitar do espírito para o físico, nada impediria as influências ideológicas de corresponderem a verdadeiras mestiçagens raciais. Note-se a importância deste passo, pois o plano cultural não se limitava já a ser transformado de expressão da biologia em ponto de partida da biologia, mas a própria atividade intrabiológica poderia ocorrer diretamente no âmbito cultural. A assimilação através das idéias agiria até mais depressa do que a assimilação através da miscigenação física.²¹ Pusesse-se o leitor de Chamberlain a frequentar judeus, a ler literatura judaica, a apreciar quadros e esculturas de artistas judeus, e tê-lo-íamos judaizado num ápice.²² Sucederia isso ao herético Pelágio, apesar de ser “bretão”, mas “o aristotelismo e o hebraísmo fizeram-no a tal ponto perder [...] o sentido da poesia e do mito que ele se converteu [...] num semijudeu [...]”.²³

O nazismo tornou ameaçadoras, e mais tarde trágicas, as elucubrações alucinadas e metodologicamente incriteriosas de Houston Stewart Chamberlain, já que a circularidade de argumentação entre a biologia e a ideologia foi também empregada, com as conseqüências conhecidas, por Hitler e pelos seus adeptos. Quando o Führer, ao discursar no congresso do partido nacional-socialista, em 1933, se referiu, a propósito dos nórdicos, “àqueles que pertencem em espírito a uma certa



Chamberlain

raça”;²⁴ ele deixou implícito que tanto se podia deduzir uma cultura de uma biologia como deduzir uma biologia das manifestações de uma cultura. E foi com este critério – ou falta dele – que Hitler orientou a sua política.

Para o nacional-socialismo todos os judeus, pelas suas próprias características raciais, eram subversores. Segundo a mitologia que os nazis herdaram de alguns dos seus precursores, os judeus seriam não uma raça, mas uma anti-raça, formada pelas es-córias de outras raças, e por isso era-lhes vedado possuir uma coesão própria. Como afirmam as instruções do Ministério da Propaganda enviadas em 2 de abril de 1943 aos diretores e chefes de redação dos órgãos de imprensa do Reich:

Sublinhar: no caso dos judeus não se trata apenas da existência de um pequeno número de criminosos (como sucede em qualquer outro povo), mas todo o judaísmo se desenvolveu a partir de raízes criminais e a sua própria natureza é criminosa. Os judeus não são um povo como os outros, mas um pseudopovo cuja coesão se deve à criminalidade hereditária.²⁵

Os judeus uniram-se contra os seus inimigos, mas sem que eles mesmos fossem coesos. Dessa condição de anti-raça lhes adviria o afã em destruir tudo o que fosse uma ordem estável. Num discurso de 11 de dezembro de 1941 Hitler estigmatizou “o elemento judaico, cujos interesses conduzem todos à desintegração, e nunca à ordem”.²⁶ Tratava-se de um tema comum do nacional-socialismo, que justificava o genocídio dos judeus com a apologia da ordem.

E assim como de uma caracterização biológica, ou tida como tal, os nazis inferiam os traços distintivos de um comportamento e de uma cultura, em sentido inverso consideravam que todos os subversores – socialistas, comunistas, anarquistas – pelo mero fato de o serem, mostravam o seu caráter racialmente judaico. “Para tornar uma luta compreensível às

O objetivo explícito dos Einsatzgruppen pressupunha a ausência de distinção entre as duas categorias, e nem sequer a contabilização dos mortos separou as vítimas ideológicas das vítimas raciais.

mais vastas massas ela deve ser sempre orientada contra dois alvos, contra uma pessoa e contra uma causa”, explicava Hitler aos seus adeptos em 1925. “Assim, contra quem deve combater o nosso movimento? Contra o judeu enquanto pessoa e contra o marxismo enquanto causa”.²⁷ E pouco antes de soçobrar nos escombros do Reich o Führer insistia ainda:

Falamos de raça judaica por comodidade de linguagem, porque, para falar com exatidão e sob o ponto de vista genético, não existe uma raça judaica. [...] A raça judaica é antes de mais uma raça mental [...] Uma raça mental é algo mais sólido e duradouro do que uma simples raça.²⁸

Tal como, relativamente aos nórdicos, Hitler havia podido evocar aqueles que “pertencem em espírito a uma certa raça”, também relativamente aos judeus ele podia referir a “raça mental”.

As próprias normas jurídicas do Reich identificaram a condição de judeu com a condição de comunista. Durante anos os judeus atingidos pelas medidas raciais foram classificados como “inimigos do Estado”, sendo mesmo, por vezes, obrigados a assinar declarações em que se reconheciam como “comunistas”. Só em novembro de 1941 o

Ministério das Finanças passou a dispor de um quadro legal que lhe permitiu confiscar em massa os haveres dos judeus deportados; até então as apreensões haviam obedecido a um critério individual, recorrendo-se na maior parte dos casos às leis

que autorizavam a expropriação dos bens dos comunistas e dos demais opositores.²⁹ Essa evolução do sistema jurídico, todavia, não implicou que para os nazis as categorias raciais tivessem deixado de equivaler a categorias ideológicas, porque segundo duas sentenças de tribunal, de junho de 1942 e de fevereiro de 1943, mesmo pessoas que, quanto aos seus progenitores, fossem cem por cento arianas seriam tratadas como judeus se mostrassem estar ligadas por elos religiosos e civilizacionais à comunidade judaica.³⁰



Himmler

Com efeitos incomparavelmente mais trágicos, o círculo vicioso entre biologia e ideologia orientou o genocídio. Nos vastíssimos territórios do Leste ocupados pelas tropas do Reich e pelas dos seus aliados, os Einsatzgruppen, Comandos de Extermínio, matavam indiferenciadamente judeus e comunistas,³¹ porque consideravam qualquer comunista como judeu. O objetivo explícito dos Einsatzgruppen pressupunha a ausência de distinção entre as duas categorias, e nem sequer a contabilização dos mortos separou as vítimas ideológicas das vítimas raciais.

Na maioria dos relatórios as execuções de judeus e de membros do Partido Comunista soviético foram enumeradas em conjunto, sem que possamos discriminar as duas categorias de vítimas.³² E ao sabermos que um douto professor da Universidade de Estrasburgo escreveu a Himmler pedindo-lhe crânios de “comissários judaico-bolchevistas” destinados ao museu do seu departamento, para afinal receber crânios de judeus assassinados num campo de concentração, porque não se encontrara um número suficiente de cabeças de comunistas em bom estado,³³ podemos concluir que mesmo para os cientistas – ou para quem assim se intitulava – as características biológicas se confundiam plenamente com as ideológicas. Aliás, a terminologia corrente identificava o político e o étnico ao referir o “bolchevismo judaico”. Era esse o conceito nuclear, exprimindo de maneira sintética a circularidade de percursos entre o físico e o intelectual. Por isso Himmler, em 1942, opôs-se a qualquer tentativa de definir por decreto o que se entendia por “judeu”, já que, para empregar as suas palavras, “com todos esses estúpidos compromissos estaremos unicamente a embaraçar a nossa ação”.³⁴ Com efeito, seria impossível delimitar por meio de critérios físicos uma raça, ou antes uma anti-raça, à qual era atribuída a fluidez das entidades ideológicas. “Para a filosofia SS, o inimigo é o poderio do Mal, expresso intelectual e fisicamente”, escreveu um antigo prisioneiro dos campos de concentração, que analisou com muita lucidez a estrutura interna do sistema concentracionário nazi.

O comunista, o socialista, o liberal alemão, os revolucionários, os resistentes estrangeiros são os

As próprias normas jurídicas do Reich identificaram a condição de judeu com a condição de comunista.

representantes ativos do Mal. A existência objetiva de certos povos, porém, de certas raças, dos judeus, dos polacos, dos russos é a expressão estática do Mal. Um judeu, um polaco, um russo não precisam agir contra o nacional-socialismo; por nascimento, por predestinação, eles são heréticos não assimiláveis, destinados ao fogo apocalíptico.³⁵

Também na dança de roda entre o sexo e as idéias, as idéias e o sexo, as defensoras e os defensores das abordagens “de gênero” não seguirão o caminho que quiserem, mas aquele que a história lhes ditar, e será aí, nesse terreno último, e de nós todos agora desconhecido, que eles e elas se apresentarão com o seu rosto definitivo. Sucedeu-me participar numa banca julgadora de uma tese de doutoramento feminista na USP, e outro dos membros da banca, mais metucioso do que eu, deu-se conta de algo que me escapara e observou à candidata que ela se referira no feminino às professoras de dada escola e no masculino ao pessoal diretivo, embora este fosse igualmente composto por mulheres. E a autora da tese exclamou, não sei se com notável candura teórica ou completo despudor metodológico: “Eu não consigo sequer usar o gênero feminino para designar esse tipo de práticas”. Não pude deixar de ouvir o eco das vociferações de Hitler – aquelas, ou aqueles, que pertencem em espírito a um certo sexo, um sexo mental!

NOTAS

- ¹ João Bernardo, *Labirintos do fascismo. Na encruzilhada da ordem e da revolta* (Porto: Afrontamento, 2003).
- ² O artigo de Hannes Meyer, publicado em 1926, encontra-se em A. Kaes et al. (orgs.), *The Weimar Republic Sourcebook* (Berkeley/Los Angeles/Londres: University of California Press, 1995), p. 446.
- ³ Alfred Polgar, num artigo publicado em 1928, em A. Kaes et al. (orgs.), *The Weimar Republic Sourcebook*, cit., p. 204.
- ⁴ Gina Kaus, “Die Frau in der Modernen Literatur”, em *Die Literarische Welt*, 15 de março de 1929, em A. Kaes et al. (orgs.), *The Weimar Republic Sourcebook*, pp. 516 e 517.
- ⁵ J. P. Marat, *Les chaînes de l’esclavage* (Paris: Union Générale d’Éditions, 1972), p. 161.
- ⁶ E. Balibar, *Masses, Classes, Ideas: Studies on Politics and Philosophy Before and After Marx* (Nova York/Londres: Routledge, 1994), p. 192.
- ⁷ Apud A. Sokal et al., *Intellectual Impostures: Postmodern Philosophers’ Abuse of Science* (Londres: Profile, 1998), p. 100.
- ⁸ *Ibid.*, pp. 101-107.
- ⁹ H. S. Chamberlain, *La genèse du XIX^{ème} siècle*, 2 vols. (Paris: Payot, 1913), p. 296; ver igualmente as pp. 656-660.
- ¹⁰ *Ibid.*, p. 297.
- ¹¹ *Ibid.*, p. 621.
- ¹² *Ibid.*, p. 1154.
- ¹³ *Ibid.*, p. 679.
- ¹⁴ *Ibid.*, pp. 163-164.
- ¹⁵ *Ibid.*, pp. 637, 640-641.
- ¹⁶ *Ibid.*, p. 643.
- ¹⁷ *Ibid.*, pp. 645-646.
- ¹⁸ *Ibid.*, p. 414.
- ¹⁹ *Ibid.*, p. 1.215 n. 3.
- ²⁰ *Ibid.*, p. 792.
- ²¹ *Ibid.*, pp. 621-622.
- ²² *Ibid.*, p. 622. Na mesma perspectiva ver a p. 1280 n. 1.
- ²³ *Ibid.*, pp. 769 e 770.
- ²⁴ Apud E. Conte et al., *La quête de la race: une anthropologie du nazisme* (Paris: Hachette, 1995), p. 106.
- ²⁵ Apud R. Hilberg, *The Destruction of the European Jews* (Londres: W. H. Allen, 1961), p. 656.
- ²⁶ Apud W. L. Shirer, *The Rise and Fall of the Third Reich: a History of Nazi Germany*, vol. II (Londres: The Folio Society, 1995), p. 302.
- ²⁷ Apud F. L. Carsten, *The Rise of Fascism* (Londres: B. T. Batsford, 1967), p. 123.
- ²⁸ Apud J. Billig, *L’hitlérisme et le système concentrationnaire* (Paris: Presses Universitaires de France, 2000), p. 300.
- ²⁹ R. Hilberg, *The Destruction of the European Jews*, cit., pp. 300-302.
- ³⁰ *Ibid.*, p. 52.
- ³¹ H. Arendt (1994) 79, 106; J. Billig (2000) 281; A. Bullock (1972) 702; I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 110, 324, 970; R. Hilberg (1961), cit., p. 643.
- ³² W. L. Shirer, cit., p. 371.
- ³³ R. Hilberg, cit., p. 608.
- ³⁴ Apud H. Arendt (1972), cit., p. 262.
- ³⁵ D. Rousset, p. 108.